



Quarta-Feira, 12 de Julho de 2017

RECEIVED

07 AUG 2017

Série I, N.º 27

JORNAL da REPÚBLICA

\$ 5.00

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

SUMÁRIO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

Decreto do Presidente da República N.º 52/2017 de 12 de julho 1219

PARLAMENTO NACIONAL:

Declaração de Retificação N.º 9/2017 1220

IMPrensa Nacional de Timor-Leste (INTL):

Declaração de Retificação do Sumário N.º 10/2017 1221

GOVERNO :

Decreto-Lei N.º 23 /2017 de 12 de Julho

Sistema de Garantia de Crédito para Pequenas e Médias Empresas 1221

Decreto do Governo N.º 26/2017 de 12 de Julho

Quadro do Pessoal dos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo da Procuradoria Geral da República 1225

Decreto do Governo N.º 27/2017 de 12 de Julho

Fixa os Critérios para a Obrigatoriedade de Órgão de Fiscalização ou Auditor Externo nas Sociedades Comerciais 1227

Decreto do Governo N.º 28/2017 de 12 de Julho

Modelos de Atos Constitutivos de Sociedades Comerciais 1228

Decreto do Governo N.º 29 /2017 de 12 de Julho

Aprova o Regulamento de Disciplina do Pessoal Docente e Não Docente dos Estabelecimentos Escolares 1257

Resolução do Governo N.º 44/2017 de 12 de Julho

Estratégia Nacional de Emprego (2017-2030) 1271

MINISTÉRIO PÚBLICO:

Deliberação N.º 34/CSMP/2017 1291

Deliberação n.º 36/CSMP/2017 1292

Deliberaçãun n.º 36/CSMP/2017 1292

DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA N.º 52/2017

de 12 de julho

A Constituição da República Democrática de Timor-Leste (artigo 11º) reconhece e valoriza a *resistência secular do Povo Maubere contra a dominação estrangeira e o contributo de todas as pessoas que lutaram pela independência nacional*.

O Presidente da República, ao abrigo do disposto no artigo 23º, al. f) da Lei n.º 2/2011, sobre o Estatuto dos Combatentes da Libertação Nacional, resolve conceder honras fúnebres e determinar o supultamento no “Jardim dos Heróis Nacionais” em Liquiça a:

- **António Maria Soares**

Honra aos Heróis da Pátria.

Publique-se

Dr. Francisco Guterres Lú Olo

Presidente da República

Palácio Presidente Nicolau Lobato, 11 de julho de 2017



JORNAL da REPÚBLICA

\$ 5.00

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

SUMÁRIO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA :

Decreto do Presidente da República N.º 52/2017 de 12 de julho 1219

PARLAMENTO NACIONAL :

Declaração de Retificação N.º 9/2017 1220

IMPrensa Nacional de Timor-Leste (INTL) :

Declaração de Retificação do Sumário N.º 10/2017 1221

GOVERNO :

Decreto-Lei N.º 23/2017 de 12 de Julho

Sistema de Garantia de Crédito para Pequenas e Médias Empresas 1221

Decreto do Governo N.º 26/2017 de 12 de Julho

Quadro do Pessoal dos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo da Procuradoria Geral da República 1225

Decreto do Governo N.º 27/2017 de 12 de Julho

Fixa os Critérios para a Obrigatoriedade de Órgão de Fiscalização ou Auditor Externo nas Sociedades Comerciais 1227

Decreto do Governo N.º 28/2017 de 12 de Julho

Modelos de Atos Constitutivos de Sociedades Comerciais 1228

Decreto do Governo N.º 29/2017 de 12 de Julho

Aprova o Regulamento de Disciplina do Pessoal Docente e Não Docente dos Estabelecimentos Escolares 1257

Resolução do Governo N.º 44/2017 de 12 de Julho

Estratégia Nacional de Emprego (2017-2030) 1271

MINISTÉRIO PÚBLICO :

Deliberação N.º 34/CSMP/2017 1291

Deliberação n.º 36/CSMP/2017 1292

Deliberaçãun n.º 36/CSMP/2017 1292

DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA N.º 52/2017

de 12 de julho

A Constituição da República Democrática de Timor-Leste (artigo 11º) reconhece e valoriza *a resistência secular do Povo Maubere contra a dominação estrangeira e o contributo de todas as pessoas que lutaram pela independência nacional.*

O Presidente da República, ao abrigo do disposto no artigo 23º, al. f) da Lei n.º 2/2011, sobre o Estatuto dos Combatentes da Libertação Nacional, resolve conceder honras fúnebres e determinar o supultamento no “Jardim dos Heróis Nacionais” em Liquiça a:

- **António Maria Soares**

Honra aos Heróis da Pátria.

Publique-se

Dr. Francisco Guterres Lú Olo

Presidente da República

Palácio Presidente Nicolau Lobato, 11 de julho de 2017

DECLARAÇÃO DE RETIFICAÇÃO N.º 9/2017

Para os devidos efeitos, nos termos do disposto no artigo 17.º da Lei n.º 1/2002, de 29 de junho (Lei da Publicação dos Atos) e do n.º 2 do artigo 89.º do Regimento do Parlamento Nacional, declara-se que a Lei n.º 11/2017, de 24 de maio, Lei de Migração e Asilo, publicada no Jornal da República Série I, n.º 20, de 24 de maio de 2017, foi publicada com a seguinte incorreção, que assim se retifica:

1.

Onde se lê:

«Artigo 166.º
(...)»

Deve ler-se:

«Artigo 161.º
(...)»

2.

Onde se lê:

«Artigo 167.º
(...)»

Deve ler-se:

«Artigo 162.º
(...)»

Parlamento Nacional, 6 de julho de 2017.

Publique-se.

O Presidente do Parlamento Nacional,

Adérito Hugo da Costa

DECLARAÇÃO DE RETIFICAÇÃO DO SUMÁRIO
N.º 10/2017

Para os devidos efeitos, informa-se ao público que, houve lapso na publicação do título do sumário referente à Lei no. 11/2017 de 24 de Maio do Parlamento Nacional, do Jornal da República, Série I, No. 20 de 24 de Maio de 2017:

Onde se lê: “Lei de Imigração e Asilo”,

deve ler-se : “Lei de Migração e Asilo”.

Declaro que será publicada brevemente no Jornal da República a respectiva retificação.

Díli, 12 de Julho de 2017

Jaime F.M.C. Correia
Diretor INTL

DECRETO-LEI N.º 23/2017

de 12 de Julho

**SISTEMA DE GARANTIA DE CRÉDITO PARA
PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS**

Em Timor-Leste as pequenas e médias empresas, nomeadamente em alguns sectores essenciais à economia nacional, como a agricultura e pesca, enfrentam dificuldades significativas no acesso ao crédito bancário, com prejuízo para o empreendedorismo, para criação de postos de trabalho e para o crescimento da economia nacional.

Estas dificuldades sentidas no acesso ao crédito pelas pequenas e médias empresas devem-se a vários fatores, entre os quais se destaca a baixa produtividade empresarial e a impossibilidade de prestação de garantias reais no quadro do atual sistema jurídico em vigor.

O apoio às pequenas e médias empresas é uma prioridade do Governo, apresentando-se não só como uma ferramenta de justiça social, mas igualmente como uma componente fundamental para a formação de um tecido empresarial sólido e viável, que venha a permitir o desenvolvimento económico e social do país.

Desta forma, a criação de um sistema de garantia de crédito simples e eficaz, devidamente acompanhado de mecanismos de partilha de risco em caso de incumprimento, de programas de acesso a formação e informação sobre gestão de empresas e empreendedorismo, apresenta-se como uma ferramenta que poderá ter um impacto positivo no apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas.

Com efeito, a utilização de um sistema de garantia de crédito, devidamente enquadrado e acompanhado de outras medidas complementares de apoio ao setor privado pode, tal como ocorreu em outros países, obter resultados francamente positivos na promoção das pequenas e médias empresas, no apoio ao empreendedorismo jovem, na promoção socioeconómica da mulher, na criação de novas oportunidades de emprego e das bases para um crescimento económico sustentável e diversificado liderado pelo setor privado.

Assim, o presente Decreto-lei vem criar um sistema de garantia de crédito, enquanto programa público de apoio às PME, através do qual o Estado partilha o risco de concessão de crédito com os bancos comerciais até um montante máximo de 70% dos empréstimos concedidos que cumpram os requisitos legais estabelecidos. O SGC é gerido e implementado pelo Banco Central de Timor-Leste, através da definição dos respetivos esquemas que, para além das condições específicas de acesso por parte das PME, determinarão igualmente os parâmetros específicos a serem observados pelas instituições bancárias.

O presente diploma cria ainda a Comissão de Acompanhamento que integra representantes do Governo das áreas das finanças, economia, agricultura, comércio, indústria, turismo, emprego e formação profissional, juventude, igualdade de género e representantes das instituições bancárias a operar em Timor-Leste que terá um papel de relevo para a boa implementação do sistema de garantia de crédito.

Tendo sido ouvido o Banco Central de Timor-Leste,

O Governo decreta, ao abrigo da alínea n) do n.º 1 do Artigo 115.º e da alínea d) do artigo 116.º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

CAPÍTULO I
SISTEMA DE GARANTIA DE CRÉDITO

Artigo 1.º
Objeto

O presente Decreto-lei cria o sistema de garantia de crédito (SGC) para as Pequenas e Médias Empresas (PME), estabelecendo o regime jurídico aplicável.

Artigo 2.º
Natureza

O SGC é um programa público de garantia de crédito, gerido pelo Banco Central de Timor-Leste (BCTL), nos termos previstos no presente diploma e nos respetivos esquemas aprovados.

Artigo 3.º
Finalidades

O SGC tem como finalidades:

- a) Incentivar a formalização e o crescimento das PME;
- b) Promover a produtividade das PME e a criação de emprego por meio do financiamento de mecanismos de modernização tecnológica e inovação;
- c) Facilitar a concessão de crédito e financiamento adequado em áreas e setores de atividade considerados prioritários para o desenvolvimento nacional e diversificação da economia;
- d) Fomentar o empreendedorismo nacional e a participação das mulheres e dos jovens empresários na criação do seu próprio emprego;
- e) Incentivar o empreendedorismo e a criação de PME nas áreas rurais;
- f) Contribuir para a expansão do acesso aos serviços bancários e financeiros e, simultaneamente, incentivar a responsabilidade pelo pagamento atempado dos créditos.

Artigo 4.º
Âmbito

1. O SGC aplica-se a créditos concedidos por instituições bancárias licenciadas para o efeito a:
 - a) Empresários em nome individual de nacionalidade timorense devidamente registados enquanto tal para efeitos de registo comercial e considerados como PME nos termos deste diploma;
 - b) Às sociedades comerciais constituídas e registadas segundo o direito timorense em que pelo menos 75% das participações sociais com direito a voto sejam directa ou indirectamente detidas por pessoas singulares de nacionalidade timorense.
2. O SGC não se aplica:
 - a) A sociedades comerciais com participação em, ou participadas por, sociedade comercial que não seja uma PME;
 - b) A sociedades comerciais participadas pelo Estado ou outras entidades públicas em mais de 10%;
 - c) Aos empresários em nome individual ou às sociedades comerciais que se encontrem em situação de incumprimento de crédito bancário participado no Banco Central de Timor-Leste.
3. Para efeitos do presente artigo, o capital social considera-se indirectamente detido quando pertence a outra sociedade comercial cujo capital social pertença a 75% a uma pessoa singular de nacionalidade timorense.

Artigo 5.º
Pequenas e Médias Empresas

Para efeitos de aplicação do SGC consideram-se:

- a) Pequenas empresas – as que empreguem entre 6 e 20 trabalhadores;
- b) Médias empresas – as que empreguem entre 21 e 50 trabalhadores.

Artigo 6.º
Elegibilidade

1. O SGC é aplicável a créditos concedidos em áreas prioritárias para a diversificação da economia nacional, como agricultura, florestas, pecuária, pesca, indústria manufatureira, transportes, turismo e respetivas atividades com elas conexas implementadas em território nacional, nos termos das orientações constantes do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Comissão de Acompanhamento pode deliberar incluir ou excluir outras áreas do âmbito de aplicação do SGC, ouvido o membro do Governo responsável pela economia.
3. Para efeitos dos números anteriores, compete ao BCTL divulgar pelos meios adequados, junto das entidades bancárias e PME, as áreas abrangidas e excluídas do SGC.
4. São elegíveis para beneficiarem do SGC, as PME que demonstrem no momento da concessão do crédito que:
 - a) Se enquadrem no âmbito do artigo 4.º;
 - b) Apresentem projetos comerciais viáveis nas áreas elegíveis;
 - c) Disponham de capacidade para reembolsar o crédito;
 - d) Tenham razoáveis fluxos de caixa;
 - e) Não tenham quaisquer créditos vencidos ou não se encontrem em mora com qualquer instituição bancária;
 - f) Cumpram os requisitos dispostos na regulamentação aplicável ao esquema de garantia de crédito e as respetivas obrigações fiscais;
 - g) Preencham os requisitos estabelecidos pela instituição bancária respetiva;
 - h) Não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 13.º;
 - i) Cumpram os demais requisitos previstos nos respetivos esquemas aprovados.
5. O disposto na alínea d) não se aplica às PME que estejam constituídas há menos um ano civil.
6. A alteração, durante o período de duração da garantia, da

estrutura da sociedade prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º determina, automaticamente, a responsabilidade solidária dos novos e dos antigos sócios, relativamente ao empréstimo contraído e respetivos juros.

Artigo 7.º
BCTL

Cabe ao BCTL a implementação, gestão e regulamentação do SGC, nos termos da lei aplicável.

Artigo 8.º
Comissão de Acompanhamento

1. Para os efeitos de acompanhamento da implementação do SGC, é criada uma Comissão de Acompanhamento composta por:

- a) Membro do Governo responsável pela área da economia, que preside.
- b) Governador do Banco Central;
- c) Um representante do membro do Governo responsável pela área da agricultura e pela área das pescas;
- d) Um representante do membro do Governo responsável pela área das finanças;
- e) Um representante do membro do Governo responsável pela área do comércio e pela área da indústria;
- f) Um representante do membro do Governo responsável pela área do turismo;
- g) Um representante do membro do Governo responsável pela promoção da igualdade;
- h) Um representante do membro do Governo responsável pela formação profissional e emprego;
- i) Um representante do membro do Governo responsável pela juventude;
- j) Um representante de cada um dos bancos comerciais a operar em Timor-Leste.

2. Em caso de ausência ou de impedimento, os membros do Governo podem fazer-se representar pelo membro do Governo que indicarem e o Governador do Banco Central pode fazer-se representar por um dos Vice-Governadores.

3. A Comissão de acompanhamento tem como funções:

- a) Acompanhar a implementação do SGC e solicitar informação ao BCTL sobre os créditos garantidos, as áreas setoriais apoiadas, as percentagens de incumprimento ou qualquer outra considerada relevante;
- b) Ser ouvida pelo BCTL na preparação dos esquemas destinados a implementar o SGC;

c) Emitir sugestões e recomendações não vinculativas ao BCTL sobre a implementação do SGC e dos respetivos esquemas;

4. O secretariado e o apoio administrativo e logístico necessário ao funcionamento da Comissão de Acompanhamento são assegurados pelo BCTL.

5. A Comissão de Acompanhamento reúne, ordinariamente, duas vezes por ano e, extraordinariamente quando for convocada pelo presidente.

6. A Comissão de Acompanhamento aprova o seu regulamento de funcionamento, com respeito pelo disposto no presente decreto-lei.

Artigo 9.º
Financiamento e utilização

1. Os montantes destinados à implementação do SGC são inscritos anualmente no Orçamento Geral do Estado.
2. O montante referido no número anterior é transferido para conta oficial criada, nos termos da lei, especificamente para o efeito.

Artigo 10.º
Envio de informação

1. O BCTL envia semestralmente ao Primeiro-Ministro informação sobre a execução financeira e implementação do SGC.
2. O BCTL publica anualmente um relatório sobre a gestão do SGC com base no disposto no número anterior.

Artigo 11.º
Esquemas de acesso ao SGC

1. Compete ao BCTL elaborar os esquemas de acesso ao SGC e definir os requisitos e os procedimentos para a adesão e concessão de garantia a créditos bancários ao abrigo do SGC.
2. Os Esquemas de acesso ao SGC devem cumprir os seguintes limites:
 - a) Os empréstimos garantidos devem enquadrar-se numa das áreas prioritárias identificadas nos termos do artigo 6.º;
 - b) O montante máximo coberto pela garantia prestada pelo SGC é de 70 % do capital emprestado, não podendo abranger os respetivos juros remuneratórios ou cominatórios;
3. Em caso de incumprimento da PME, o SGC e a instituição bancária locadora respondem pelo prejuízo, em simultâneo, devendo o SGC responder apenas na proporção da taxa definida na garantia prestada, assumindo a instituição bancária locadora o prejuízo proporcional ao capital não coberto pela garantia

4. Os Esquemas de acesso ao SGC devem definir, no mínimo, as seguintes condições:

- a) O âmbito das atividades e/ou investimentos abrangidos por cada esquema;
- b) Os montantes e prazos máximos das garantias a prestar por cada esquema;
- c) As regras quanto ao cumprimento de dívidas fiscais ao Estado;
- d) Os requisitos a cumprir pelas entidades bancárias que queiram acionar a garantia conferida pelo SGC;
- e) O tipo e a duração de relações laborais que devem ser promovidas pelas PME;
- f) As condições mais favoráveis para incentivar o empreendedorismo de mulheres e de jovens entre os 18 e os 30 anos e medidas de apoio à criação de emprego
- g) As medidas de fiscalização de cumprimento das regras do esquema.

Artigo 12.º

Reclamação e Recurso

Das decisões do BCTL tomadas no âmbito da aplicação e implementação do SGC, incluindo o respetivo regime sancionatório, cabe reclamação e recurso nos termos gerais.

Artigo 13.º

Incumprimento pelas PME

1. As PME que se encontrem em situação de incumprimento definitivo das suas obrigações contratuais em relação a um contrato de concessão de crédito garantido pelo SGC, estão impedidas de dele voltarem a beneficiar num período de 5 anos, contados da data de acionamento da garantia.
2. As PME que, com dolo ou negligência violem o presente Decreto-lei ou a sua regulamentação, estão impedidas de beneficiar do SGC por um período de 5 anos contados da data da prática do facto.
3. As sanções previstas nos números anteriores são extensíveis aos respetivos administradores e sócios com posição dominante, bem como a quaisquer PME nas quais estes tenham participação ou controlo efetivo, exceto se estes provarem que atuaram sem culpa ou negligência grosseira.
4. Para efeitos deste artigo são sócios de posição dominante os que, isoladamente ou em conjunto quando atuem de forma concertada, controlem mais de 50% do capital social ou do poder de voto em assembleia geral ou que tenham direito a eleger mais de metade dos membros os órgãos de administração.
5. Compete ao BCTL atestar, nos termos da respetiva regulamentação em vigor para os esquemas, o incumprimento do disposto no presente Decreto-lei ou a sua regulamen-

tação e manter uma lista atualizada das PME incumpridoras.

Artigo 14.º

Obrigações das instituições bancárias

1. São obrigações das instituições bancárias que beneficiem do SGC no âmbito de cada empréstimo que concedam:
 - a) Assegurar que o crédito só é concedido a empresários em nome individual de nacionalidade timorense, devidamente registados enquanto tal para efeitos de registo comercial e considerados PEM nos termos deste diploma;
 - b) Assegurar que o crédito só é concedido às sociedades comerciais constituídas e registadas segundo o direito timorense em que 75% das participações sociais com direito a voto sejam direta ou indiretamente detidas por pessoas singulares de nacionalidade timorense;
 - c) Verificar, antes da concessão do crédito, que os empresários em nome individual ou as sociedades comerciais, não se encontram em situação de incumprimento de crédito bancário participado junto do BCTL;
 - d) Assegurar que o crédito se destina ao financiamento de atividade enquadrada no âmbito da lista anual de áreas prioritárias identificadas no artigo 6.º;
 - e) Definir e avaliar os critérios de avaliação da viabilidade financeira da empresa.
 - f) Definir e avaliar os critérios de avaliação da viabilidade do projeto financiado.
 - g) Avaliar se o empresário em nome individual ou se a sociedade comercial tem capacidade para cumprir o crédito, de acordo com critérios de avaliação não menos exigentes do que aqueles usados na concessão de empréstimos não abrangidos pelo SGC;
 - h) Respeitar os requisitos estabelecidos pelos respetivos esquemas aprovados pelo BCTL.
 - i) Reembolsar o SGC em caso de cobrança superveniente do crédito, judicial ou extrajudicialmente, na proporção do valor efectivamente cobrado.
2. O incumprimento, por ação ou omissão, pelas instituições bancárias do disposto neste artigo ou sua regulamentação implica a ineficácia da garantia concedida.

Artigo 15.º

Responsabilidade

1. O disposto no presente capítulo é independente do direito de regresso do Estado sobre o devedor principal, bem como da responsabilidade civil, contraordenacional ou criminal que haja lugar, nos termos gerais.
2. Em caso de o SGC ser acionado, o BCTL deverá comunicar

ao Ministério Público a indentificação do devedor, montante pago pelo SGC e acções pendentes de que tenha conhecimento.

3. É da competência do Ministério Público representar o Estado nas acções judiciais necessárias ao exercício do direito de regresso e/ou reembolso dos valores liquidados pelo SGC.

Artigo 16.º

Impacto

O Governo, deve promover, a cada 4 anos após a entrada em vigor do presente decreto-lei, uma avaliação do impacto do presente diploma, conduzida por entidade independente e qualificada.

Artigo 17.º

Regulamentação

O BCTL deve regulamentar o presente Decreto-lei, através da aprovação dos esquemas e do procedimento para a aplicação das sanções previstas no capítulo anterior, no prazo máximo de 90 dias contados da sua entrada em vigor

Artigo 18.º

Entrada em Vigor

O presente Decreto-lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros em 30 de Maio de 2017.

O Primeiro Ministro,

Dr. Rui Maria de Araújo

O Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Económicos,

Estanislau Aleixo da Silva

Promulgado em 7 de Julho de 2017

Publique-se.

O Presidente da República,

Francisco Guterres “Lu-Olo”

DECRETO DO GOVERNO N.º 26/2017

de 12 de Julho

**QUADRO DO PESSOAL DOS
SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO
DA
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA**

O estatuto orgânico dos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo da Procuradoria Geral da República estipula que, o seu quadro de pessoal é definido por diploma próprio do Governo sob proposta da Procuradoria Geral da República.

Assim, o Governo ouvido o Conselho Superior do Ministério Público no cumprimento do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 14/2005, de 16 de setembro, decreta, ao abrigo do previsto na al. p), do n.º 1 do artigo 115.º, da Constituição da República, conjugado com o disposto no artigo 21.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 81.º, da Lei n.º 14/2005, de 16 de setembro, para valer como regulamento, o seguinte:

Artigo 1.º

Quadro de pessoal, sua atualização e alteração

1. O quadro de pessoal do Serviço de Apoio Técnico e Administrativo da Procuradoria Geral da República, é o constante do quadro anexo ao presente diploma e dele faz parte integrante.
2. O quadro de pessoal é anualmente elaborado e atualizado, nos termos da legislação em vigor.
3. A alteração do quadro de pessoal é aprovada por diploma dos membros do Governo que exercem tutela na área da Justiça, da Administração Pública e das Finanças sob proposta da Procuradoria Geral da República.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Jornal da República.

Aprovado em Conselho de Ministros, em 28 de março de 2017.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro

Dr. Rui Maria de Araújo